

Com respeito e gratos  
cumprimentos e a assinatura  
do Carlos Corrêa Gago

Ministro da Coordenação Econômica e do Plano

Fundação Cuidar o Futuro



MINISTERIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E DO PLANO

GABINETE DO MINISTRO

**PLANO E ORÇAMENTO PARA 1980**  
**PROJECCÕES GLOBAIS**

**(Resolução do Conselho de Ministros n.º 346/79)**

Fundação Cuidar o Futuro

DEZEMBRO 1979



## APRESENTAÇÃO

O presente documento resulta da Resolução do Conselho de Ministros nº 346/79, de 22 de Novembro, publicada no Diário da República de 7 de Dezembro de 1979, sobre o Plano e Orçamento para 1980.

Essa Resolução determinava nomeadamente, na sua parte final, que o Departamento Central de Planeamento, com a colaboração do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças, procedesse à reelaboração das projecções macroeconómicas, com base nas orientações globais que o Conselho propositivamente definiu para a política económica, financeira e orçamental a prosseguir em 1980.

Os resultados da referida reelaboração constam dos mapas 1 a 7 que aqui se apresentam, precedidos de breve relatório justificativo e que constitui, também, memória descritiva das hipóteses e dos pressupostos adoptados.

14 de Dezembro de 1979

O MINISTRO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E DO PLANO

Projeções para 1980

## PRINCIPAIS GRANDEZAS E INDICADORES

## Produto Interno Bruto (c.f.)

Valor (preços correntes) .....	1 124 milhões de contos
Taxa de crescimento .....	4,0 %

## Despesa Interna

Crescimento do consumo privado .....	3,0 %
Crescimento do consumo público .....	2,0 %
Crescimento da formação de capital ....	4,3 %

## Balança de Pagamentos

Saldo corrente (preços correntes) .....	- 34,2 milhões de contos
Saldo global .....	9 " " "
Em % do P.I.B. (p.m.) .....	9,7 %

Taxa de poupança, particulares e empresas. 24,6 %

## Formação de capital (preços correntes)

Administração central e local .....	42,5 milhões de contos
Sector empresarial do Estado .....	71,6 " " "
Sector privado .....	136,5 " " "

Taxa de inflação ..... 20 % |Depreciação efectiva do escudo ..... 7 % |



## PROJECCÕES MACROECONÓMICAS PARA 1980

### I - Enquadramento Internacional

1. A ligeira recuperação da actividade económica dos países ocidentais verificada nos anos de 1977 e 1978, traduzida numa taxa de crescimento do produto, para o total da OCDE, de 3,9% em ambos os anos, foi de novo posta em causa por recentes aumentos do preço do petróleo (em Dezembro de 1978 e Julho de 1979). Este factor negativo vai continuar, decerto, a agravar-se, no mesmo sentido jogando outros factores, tais como o aumento de preços de outras matérias-primas e a redução da actividade económica dos Estados Unidos.

Assim, e não obstante a evolução económica do Japão, da Alemanha e de alguns outros pequenos países da OCDE estar sendo bastante mais favorável do que o previsto a meio do ano, o crescimento económico da zona deverá recuar para a ordem dos 3%.



## Taxas de Crescimento do P.I.B., em volume (%)

	1978	1979	1980
E.U.A.	4,4	1,6	- 1,2
Japão	5,6	6,0	5,4
Canadá	3,4	2,7	1,9
Alemanha	3,5	4,1	2,3
França	3,3	2,6	2,1
Itália	2,6	4,1	2,2
Reino Unido	2,3	0,7	- 0,7
Sete maiores países	4,2	3,0	1,2
Outros países da OCDE	2,3	3,0	2,2
TOTAL DA OCDE	3,9	3,0	1,4

FONTE: OCDE

A grave recessão dos Estados Unidos (onde, a par do fraco crescimento do produto, se observa uma inflação anual da ordem dos 13-14% e um desemprego que, em meados de 1980, se deverá situar à volta dos 8%) e os efeitos da subida das taxas de juro verificada em vários países ocidentais, são determinantes que deverão obrigar a novo abrandamento da actividade económica em 1980.



2. Estas tendências recessivas acarretarão, naturalmente, uma diminuição do crescimento do comércio mundial, que foi de 6% em 1979 mas poderá cair para a ordem dos 4% em 1980. A diferença deverá ser mais grave a nível das importações dos países desenvolvidos - 3% em 1980 contra 7% em 1979 - do que das exportações dos referidos países - 5% em 1980 contra 6% em 1979. A confirmar-se o prolongamento da tendência evolutiva dos preços das ramas de petróleo, a deterioração dos termos de troca dos países industrializados prosseguirá a ritmo próximo do verificado em 1979 - 3%.

Por outro lado, o receio de agravar as tendências inflacionistas existentes (crescimento de 8% no deflator do consumo privado na zona da OCDE em 1979) refreará a prossecução de políticas mais expansionistas nos grandes países.

## II - Evolução económica global

3. A evolução económica portuguesa em 1980 estará, certamente, condicionada pela evolução económica internacional. Com efeito, no corrente ano, o moderado crescimento verificado para o PIB (2,6%), que representou uma desaceleração significativa em relação a 1978, foi conseguido com uma evolução muito dinâmica das exportações, cuja taxa de crescimento, em termos



reais, terá rondado os 16%. Se a situação internacional em 1980 evoluir da forma pouco expansiva que as previsões actuais indicam, é de admitir que as exportações portuguesas sofram uma desaceleração pronunciada. Desta forma, pretendendo-se para 1980 certa retoma do crescimento do produto - o que se vai tornando cada vez mais necessário dada a situação de desemprego actualmente existente - será necessário garantir um crescimento significativo da procura interna.

Para tal contribuirá a maior flexibilidade a introduzir nas actuações de política financeira e monetária, nomeadamente o alargamento dos actuais limites ao crédito bancário, bem como a continuidade da política orçamental de carácter expansionista, através da manutenção de um déficit total do sector público da mesma ordem de grandeza do verificado em 1979, quando medido em percentagem do PIB a preços de mercado.

Por outro lado, a desaceleração da depreciação efectiva do escudo para a ordem dos 7% ao ano terá efeitos benéficos sobre a inflação, o que poderá permitir o crescimento dos salários reais e, por consequência, do consumo privado, com o consequente efeito positivo sobre a produção. É assim que se admitiu que a inflação possa situar-se ao nível dos 20%. O maior crescimento da procura e a previsível desaceleração das exportações irão, no entanto, provocar um agravamento do déficit da





balança de transacções correntes relativamente ao valor de 1979, o que será sempre necessário para garantir um crescimento mínimo da economia. No entanto, admite-se que este agravamento possa situar-se a nível moderado, obtendo-se um déficit global corrente da ordem dos 580 milhões de dólares.

4. Com base nestes pressupostos, estabelecidos na Resolução nº 346/79 do Conselho de Ministros, construiu-se uma hipótese de evolução possível para 1980 (Quadros 1 a 7). No entanto, e reconhecendo o conjunto de incertezas que neste momento afectam a conjuntura económica nacional e internacional, estes valores deverão considerar-se meramente a nível indicativo e, obviamente, dependentes da execução de políticas económicas sectoriais determinadas e consistentes com os objectivos globais apontados na referida Resolução.

Admitiu-se, assim, um crescimento da ordem dos 4,2% na procura total, conseguido fundamentalmente com base no crescimento das exportações (6,5%) e do investimento, embora, dentro deste, a formação de capital fixo apresente ainda uma evolução moderada (4,3%), dada a actual tendência decrescente que não deverá ser possível inverter de imediato. Admitiu-se, pois, um efeito de acréscimos de existências que, prevê-se, possam atingir 3% da Despesa Interna. O consumo público deverá evoluir a uma taxa real moderada (2%) e o consumo privado apresentará um crescimento significativo (3%). Este crescimen



to do consumo privado estará, porém, muito dependente da possibilidade de conter o ritmo de crescimento dos preços no valor indicado de cerca de 20%.

5. A evolução da procura exigirá, no que respeita à oferta, um crescimento de 4% para produção interna e de 5% para as importações. O crescimento da produção interna a nível sectorial encontra-se indicado no Quadro 2, fazendo-se notar que a evolução relativa à agricultura é apresentada apenas por memória, dada a impossibilidade de fazer qualquer previsão neste momento.

### Fundação Cuidar o Futuro

O crescimento de 5% em termos reais para as importações, conjugado com uma quebra de 2 pontos nas razões de troca e com uma previsão moderada para as transferências dos emigrantes (crescimento de 10% em dólares), faz agravar o déficite da balança de transacções correntes para cerca de 580 milhões de dólares, ou seja cerca de 30,2 milhões de contos. Este recurso à poupança externa para financiar o investimento previsto será necessário, uma vez que se admite que a taxa de poupança dos particulares e empresas em relação ao Rendimento Disponível se mantenha no nível de 1979 (24,6%). Um eventual aumento da taxa de poupança significaria menor necessidade de recurso ao déficite externo, embora com inci-



dências negativas no crescimento do produto interno. Inversamente, se não for possível obter uma taxa de poupança pelo menos igual à de 1979, é de admitir que o déficit externo tenha uma evolução mais negativa, uma vez que, como se verá seguidamente, o sector público irá apresentar, uma vez mais, um déficit corrente, ou seja, uma poupança negativa.

### III - Política orçamental

6. Perante as referidas condicionantes de ordem interna e externa, e tendo em conta algumas das orientações já definidas, não se torna exequível, de imediato, uma redução do déficit do sector público, embora se tenha considerado desejável contê-lo, em percentagem do PIB, no nível de 1979.

Por outro lado, não é encarável uma elevação da carga fiscal, já hoje bastante pronunciada; desta forma, a contenção do déficit dever-se-á obter à custa de um crescimento moderado de todas as despesas correntes - com excepção óbvia dos juros da dívida pública, que continuarão a ver aumentado o seu peso nas despesas correntes.

A manutenção da carga fiscal - se anulados os efeitos de acréscimo nas quotizações para a Previdência pela prevista revisão e reajustamento dos escalões de imposição sobre os rendimentos do trabalho e sobre o rendimento do agregado familiar - mesmo conjugada com a moderação admissível para as



despesas correntes, levarã a ultrapassar em 1980, em termos nominais, o déficit corrente verificado em 1979. Manter-se-ã, todavia, em 2,8% o seu peso em rela o ao Produto Interno Bruto a preços de mercado (Quadro 5).

Procurou-se que este ligeiro desvio às orienta es definidas no domínio orçamental se repercutisse o menos possível no déficit global do Sector Público Administrativo, o que não permitirã que as despesas de capital cresçam tanto como seria desejável. Isto explica que a expansão global da economia, em termos de Produto Interno, se tenha vindo a situar no limite inferior apontado pelo Governo como objectivo, defendendo-se todavia, do mesmo passo, a possibilidade de conter a infla o nos limites indicados.

7. Confirma-se, entretanto, a prioridade que se entende de atribuir ao saneamento financeiro das empresas públicas, prevendo uma dota o quase dupla para os aumentos de capital (20 milhões de contos em 1980 contra 11,3 em 1979). A forma o de capital fixo na Administra o Pública e as transferências de capital de apoio ao sector privado apresentam um crescimento moderado (23% e 19% respectivamente, a preços correntes) exigindo, por conseguinte, uma análise mais criteriosa da respectiva atribui o de verbas e interven es dinamizadoras de outro tipo, ao nível das políticas sectoriais, para maximizar a sua eficácia económica.



No Quadro 7 figura a desagregação, por grandes domínios, da Formação Bruta de Capital Fixo que se prevê como possível, nestas circunstâncias.

O déficit global do Sector Público Administrativo manter-se-á, assim, em percentagem de Despesa Interna, com um nível muito próximo do verificado em 1979, atingindo o valor absoluto de 119 milhões de contos, em preços correntes.

Fundação Cuidar o Futuro

QUADRO - 1

## Despesa Interna

(10<sup>6</sup> contos)

	1980					
	1979	Crescimento em (%) volume	Valor a Preços 1979	Evolução dos Preços (%)	Valor a preços correntes	Estrutura (%)
Consumo privado	723,4	3,0	745,1	20,0	894,1	73,1
Consumo público	140,7	2,0	143,5	20,0	172,2	14,1
FBCF	200,2	4,3	208,8	20,0	250,6	20,5
V.Existências	23,8	(1)	31,2	20,0	37,4	3,0
Exportação de bens e serviços	230,5	5,6	245,5	19,6	291,2	23,8
Procura	1 318,6	4,2	1 374,1	19,7	1 645,5	-
Importação de bens e serviços	333,6	5,0	350,3	20,4	421,7	34,5
PIB preços de mercado	985,0	3,9	1 023,8	19,4	1 223,8	100,0
Impostos indirectos - Subsídios	78,1	x	x	x	100,0	x
PIB custo de factores	906,9	4,0	943,2	19,0	1 123,8	x

(1) 3 % do PIB

QUADRO - 2

## Produto Interno Bruto ao Custo dos Factores

preços constantes de 1979

(milhões de contos)

	1979	1980	
	Valor	Valor	Taxa de crescimento %
Agricultura e Pescas	114,7	118,2	3,0
Indústria	332,2	349,0	5,0
Ligeira	145,2	155,4	7,0
Pesada	187,0	193,6	3,5
Energia	27,9	29,6	6,0
Construção	55,0	57,5	4,5
Serviços	377,1	388,7	3,0
Adm. Pública+Educação+Saúde	113,1	115,5	2,0
Outros Serviços	264,0	273,2	3,5
TOTAL	906,9	943,0	4,0

QUADRO - 3

## Balança de Transacções Correntes

(10<sup>6</sup> dólares)

	1979	1980
Exportações bens e serviços	4 698	5 556
Importações bens e serviços	- 6 802	- 8 045
Saldo bens e serviços	- 2 104	- 2 489
Rendimentos capitais	- 426	- 500
Transferências externas	2 194	2 413
Balança de transacções correntes	- 336	- 576

1980: 1 US\$ = 52\$415



QUADRO - 4

## Balança de Transacções Correntes

(10<sup>6</sup> contos, preços correntes)

	1979	1980
Exportações de bens e Serviços	230,5	291,2
Importações de bens e Serviços	- 333,6	- 421,7
Saldo de bens e Serviços	- 103,1	- 130,5
Rendimentos Capitais	- 20,8	- 26,2
Transferências Externas	107,5	126,5
Balança de Transacções Correntes	16,4	- 30,2

QUADRO - 5

## Sector Público Administrativo

(10<sup>6</sup> contos, preços correntes)

	1979	1980
Receitas correntes	265,1	330,0
Impostos directos	125,8	157,0
Impostos indirectos	118,1	148,0
Outros	20,4	25,0
Despesas correntes	293,2	364,2
Bens e Serviços	140,7	172,2
Subsídios	40,8	48,0
Transferências	83,5	100,0
Juros	28,2	44,0
Saldo corrente	- 28,1	- 34,2
Receitas de capital	3,9	4,9
Despesas de capital	69,8	90,0
FBCF (PIDDAP+Autarquias)	34,5	42,5
Transferências (Habitação, Agricultura, desalojados)	15,5	18,5
Aumentos de capital	11,3	20,0
Outros	8,5	9,0
Saldo financeiro	94,0	119,2
% PIB pm	(9,5)	(9,7)

QUADRO - 6

## Rendimento disponível dos Particulares e Empresas

(10<sup>6</sup> contos, preços correntes)

	1979	1980
PIB cf	906,9	1 123,8
Rendimentos capitais externos	(20,9)	(26,2)
Transferências do sector público	83,5	100,0
Transferências externas	107,5	126,5
Juros da dívida pública	28,2	19,0
Impostos directos (-)	(125,8)	(157,0)
Outras receitas correntes (-)	(20,4)	-
Rendimento disponível dos particulares e empresas	959,0	1 186,1
Consumo	723,4	894,1
Poupança dos particulares e empresas	235,7	292,0
Poupança do Estado	(28,1)	(34,2)
Poupança externa	(16,5)	(30,2)
Investimento	224,1	288,0
Taxa de poupança dos particulares e empresas (%)	24,6	24,6

QUADRO - 7Formação Bruta de Capital Fixo(10<sup>6</sup> contos)

	1979	1980 preços de 79	taxa 1980/79	1980 preços correntes
PIDDAC + autarquias	36,1	35,4	- 1,9 %	42,5
PISEE	55,0	59,7	8,6 %	71,6
Privado (+FFH + GAS)	109,1	113,8	4,3 %	136,5
<b>TOTAL</b>	<b>200,2</b>	<b>208,9</b>	<b>4,3 %</b>	<b>250,6</b>

(1) Antes de aplicação da redução prevista no Decreto-Lei nº 201-A/79

PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PISEE - Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado

FFH - Fundo de Fomento de Habitação

GAS - Gabinete da Área de Sines

Fundação Cuidar o Futuro